



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA**

INDICAÇÃO nº _____/2025

0564/2025

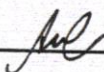
**INDICA A CRIAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS NO
COMBATE A POBREZA MENSTRUAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Exmo. Sr. Presidente Da Câmara Municipal De Fortaleza

A vereadora que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma que manda este regimento, vem submeter a apreciação desta Augusta Casa, a indicação em epígrafe, a qual depois de aprovada, deverá ser enviada ao Poder Executivo para que retorne em forma de mensagem.

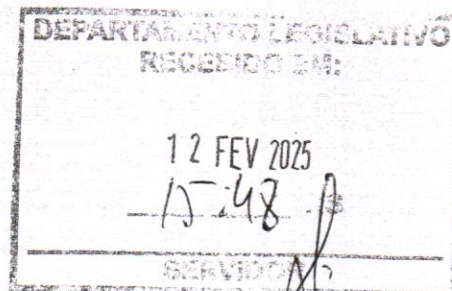
Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza,

12 de 02 de 2025.



Carla Ibiapina

Vereadora – Democracia Cristã





**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA**

INDICAÇÃO Nº **-0564/2025**

AO PROJETO DE LEI Nº

**INDICA A CRIAÇÃO DE POLITICAS PUBLICAS NO
COMBATE A POBREZA MENSTRUAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Combate à Pobreza Menstrual nas escolas públicas municipais de Fortaleza, com a finalidade de assegurar a distribuição gratuita de produtos menstruais, promover a educação sobre saúde menstrual e mitigar os impactos da pobreza menstrual, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Pobreza menstrual: a condição de vulnerabilidade socioeconômica que impede o acesso a produtos de higiene menstrual, afetando a saúde, a dignidade e a permanência escolar das pessoas menstruantes.

II - Produtos menstruais: absorventes internos e externos, coletores menstruais e outros produtos necessários à higiene durante o período menstrual.

Art. 3º O Município de Fortaleza promoverá as seguintes ações para combater a pobreza menstrual nas escolas públicas municipais:



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA**

- I - Distribuição gratuita e contínua de produtos menstruais nas escolas públicas municipais, com foco nas estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- II - Implementação de programas de educação sobre saúde menstrual, visando a conscientização sobre o ciclo menstrual, cuidados de higiene e o combate a tabus.
- III - Estabelecimento de espaços nas escolas para garantir o acesso digno e imediato aos produtos menstruais, promovendo a permanência das estudantes nas atividades escolares.

CAPÍTULO II

DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MENSTRUAIS NAS ESCOLAS

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação será a responsável pela distribuição dos produtos menstruais nas escolas públicas municipais de Fortaleza, devendo seguir as seguintes diretrizes:

- I - A distribuição será feita de forma contínua e regular nas escolas municipais de ensino fundamental e médio, priorizando as estudantes em situação de vulnerabilidade social.
- II - Os produtos menstruais serão entregues de forma anônima e gratuita, garantindo a dignidade das estudantes.
- III - As escolas devem identificar as necessidades específicas de suas estudantes e garantir o acesso adequado aos produtos.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde oferecerá suporte técnico à Secretaria de Educação para garantir que os produtos menstruais distribuídos atendam às normas de qualidade e segurança, conforme estabelecido pela ANVISA, em conformidade com a Lei nº 6.360/1976 e a Resolução ANVISA nº 54/2013.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO SOBRE SAÚDE MENSTRUAL

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, deverá desenvolver e implementar programas educativos sobre saúde menstrual nas escolas públicas municipais, com os seguintes objetivos:

- I - Explicar o ciclo menstrual e a importância do cuidado adequado com a saúde durante o período menstrual.



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA**

II - Desmistificar a menstruação e combater os estigmas e tabus que envolvem o tema.

III - Promover a autoestima das estudantes menstruantes e sua permanência escolar.

IV - Instruir as estudantes sobre o uso adequado de produtos menstruais e a importância da higiene.

Art. 7º O material educativo sobre saúde menstrual será elaborado de forma acessível, levando em conta as faixas etárias das estudantes e as diretrizes do Ministério da Saúde. Este material será distribuído nas escolas de maneira a alcançar todas as estudantes, respeitando suas necessidades e realidade local.

CAPÍTULO IV

DO APOIO ÀS ESTUDANTES MENSTRUANTES

Art. 8º As escolas públicas municipais deverão garantir espaços apropriados para acolhimento das estudantes menstruantes, com a disponibilização de banheiros equipados com produtos menstruais, além de locais seguros onde as estudantes possam acessar rapidamente os materiais necessários e se cuidar durante o período menstrual.

I - Cada escola deverá designar um responsável para coordenar as ações relacionadas à saúde menstrual das estudantes.

II - As escolas deverão manter kits de emergência com absorventes e outros produtos menstruais, para garantir acesso imediato a esses itens quando necessário.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 9º A fiscalização do cumprimento desta Lei será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá elaborar relatórios periódicos sobre a distribuição dos produtos menstruais e a implementação dos programas educativos.

I - A fiscalização incluirá visitas periódicas às escolas e coleta de feedback das estudantes sobre a efetividade das ações.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA

II - O não cumprimento das disposições desta Lei poderá resultar em ações corretivas, conforme a gravidade das falhas observadas, e em penalidades administrativas, se necessário.

Art. 10º O descumprimento das disposições desta Lei por parte das escolas poderá resultar em penalidades, como advertência, suspensão de recursos e outras sanções previstas nos regulamentos internos da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º O Município de Fortaleza destinará recursos orçamentários específicos para a implementação das ações previstas nesta Lei, garantindo a continuidade do fornecimento de produtos menstruais e o funcionamento dos programas educativos.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

_____ de _____ de 2025.

Carla Ibiapina

Vereadora – Democracia Cristã



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA CARLA IBIAPINA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa enfrentar a pobreza menstrual nas escolas públicas municipais de Fortaleza, reconhecendo os sérios impactos dessa problemática para as estudantes em situação de vulnerabilidade social. A pobreza menstrual impede muitas meninas de frequentarem a escola durante o período menstrual, o que prejudica o aprendizado, a saúde e a dignidade dessas jovens. A falta de acesso a produtos menstruais resulta em ausências frequentes e, em alguns casos, em evasão escolar, o que afeta diretamente o direito à educação.

Essa iniciativa é fundamental para garantir que todas as estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, possam estudar com dignidade e sem interrupções causadas pela pobreza menstrual. A Lei nº 6.938/1981 e a Resolução nº 41/2019 do Conselho Nacional de Educação já reconhecem a necessidade de políticas públicas para garantir a igualdade no acesso à educação, considerando os desafios específicos de cada estudante.

Além disso, o projeto está em consonância com os princípios constitucionais da igualdade de direitos e do direito à educação, previstos na Constituição Federal, e busca promover uma educação inclusiva e acessível a todas as meninas de Fortaleza. Ao garantir acesso aos produtos menstruais e promover a educação sobre saúde menstrual, o Município dará um passo significativo em direção a uma educação mais justa e igualitária.

_____ de _____ de 2025.

Carla Ibiapina

Vereadora – Democracia Cristã